## **CÂMARA DOS DEPUTADOS**



COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 8.046. DE 2010, DO SENADO FEDERAL, QUE TRATA DO "CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL" (REVOGA A LEI N.º 5.869, DE 1973) – PL 8.046/10.

## PROJETO DE LEI N.º 8.046, DE 2010.

(do Senado Federal)

Código de Processo Civil.

EMENDA N.º

/2011

(do Sr. Paulo Abi-Ackel)

Dê-se ao art. 106, ao § 2º do art. 186, ao art. 520 e ao art. 866, do PL n.º 8.046, de 2010, a seguinte redação:

"Art.106 A União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas respectivas autarquias e fundações de direito público gozarão de prazo em dobro para apresentação de defesa."

"Art.186	

- §2º Não se aplica o beneficio da contagem em dobro para defesa, quando a lei estabelecer, de forma expressa, prazo próprio para a Fazenda Pública, o Ministério Público ou a Defensoria Pública."
- "Art. 520 A Fazenda pública será intimada para, querendo, no prazo de vinte dias e nos próprios autos, impugnar a execução, cabendo nela arguir:"
- "Art. 866 Na execução fundada em título extrajudicial, a Fazenda Pública será citada para opor embargos em vinte dias."

## CÂMARA DOS DEPUTADOS



COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 8.046. DE 2010, DO SENADO FEDERAL, QUE TRATA DO "CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL" (REVOGA A LEI N.º 5.869, DE 1973) - PL 8.046/10.

## **JUSTIFICAÇÃO**

A concessão de prazo em dobro aos entes públicos para todas e quaisquer manifestações no processo, e de prazo triplo para impugnar execução e opor embargos, contraria o principio da igualdade das partes e do devido processo legal, conspirando contra a duração razoável do processo. Segundo a redação proposta, o prazo em dobro seria concedido apenas nas hipóteses de apresentação de defesa, quer em processo de conhecimento, quer em impugnação à execução, quer para oposição de embargos, quando se faz necessária uma dilação de prazo para recolhimento de informações, documentos, etc., não se justificando tal regra em todos os atos do processo.

Diante do exposto, peço a aprovação da presente emenda.

Sala das Sessões em de novembro de 2011.

Dep. Paulo Abi-Ackel PSDB/MG